



Recriar a China na Guiné: os primeiros chineses, os seus descendentes e a sua herança na Guiné colonial

Philip J. Havik*
António Estácio**

p. 211-235

1. Introdução

A chegada de chineses à Guiné Portuguesa, no início do século XX, está intimamente ligada às mudanças que ocorreram nas primeiras décadas desse século e que deixaram marcas neste pequeno território, de aproximadamente 36 000 km², situado na costa Oeste-Africana, entre o Senegal e a Guiné-Conacri (ex membro da AOF – África Ocidental Francesa e anteriormente denominada Guiné Francesa).

Esta mudança relacionam-se com o facto do império francês necessitar de mão-de-obra para as colónias, principalmente para os chamados “trabalhos públicos”, que incluíram a construção de estradas, caminhos de ferro, edifícios, etc. Porém, a contratação desta mão-de-obra não foi igual ao longo dos séculos, já que dependia da política de cada colónia.

Um dos métodos seguidos pelos países colonizadores, desde o início da expansão europeia no século XV, foi o desterro e/ou o degredo. Estas práticas multi-seculares reforçaram a criação de diásporas, nas várias possessões coloniais. A expulsão dos considerados ‘marginais e contestatários’¹, colocou, forçadamente pessoas das metrópoles europeias, mas também de outras colónias em possessões que necessitavam delas. Estima-se que entre 1607 e 1775 mais de 50 000 mil degredados tenham sido enviados, pelos tribunais estatais e da Igreja Católica (incluindo os tribunais do Santo Ofício) para possessões ultramarinas (Coates, 1998: 283), servindo como mão-de-obra, como pessoal militar e administrativo. Se tais práticas eram, comuns e em números semelhantes nos impérios espanhol, britânico e francês, no caso do império

* Investigador do Instituto de Investigação Tropical (IICT), Lisboa.

** Eng. Técnico Agrícola.

¹ Estas práticas já ocorriam no Império Romano, onde os condenados por delitos graves eram enviados para vários pontos do Império (Hespanha, 1993).

² Ver por ex. Humberto Baquero Moreno, *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval*, (Lisboa: Ed. Presença, 1990). Sobre a presença de degredados no império português, ver Coates (1998). Sobre o degredo em Macau, ver António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau, 1750-1800: degredados, ignorantes ou fiéis vassallos d’El Rei?* (Macau: Instituto Português do Oriente, 1997); e sobre as relações entre Macau e Timor no contexto do império, ver Luís Filipe R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Lisboa, Difel, 1994).

português, os números eram mais elevados, devido ao número reduzido de habitantes comparativamente aos seus congéneres europeus.

No caso do império português, os locais de exílio forçado, mais comuns, eram o Brasil (incluído o Maranhão, sobretudo a partir da era pombalina) e Angola (Oliveira Ramos, 1995). Os degredados eram agrupados por classes e enviados para entrepostos costeiros ou para terras mais afastadas no interior (Pantoja, 1999). No caso de Macau, muitos eram enviados para Timor, enquanto no outro lado do império, na costa da Guiné Portuguesa a maioria dos condenados vinha das ilhas de Cabo Verde.

A duração das sentenças variava entre cinco anos e o degredo perpétuo, sendo a última, mais comum no caso das colónias de África. Este facto transformava os degredados em colonos, uma vez que é esperança de regressarem à “terra mãe” era mínima. Era sobretudo nos locais fortificados em zonas costeiras (como São Tomé, Angola, Moçambique e o Maranhão), que os degredados formavam a grande maioria da população portuguesa de origem europeia (Coates, 1998: 282). Este foi, também, o caso na Guiné Portuguesa, onde nas praças de Cacheu e Bissau, o número de europeus sempre foi muito reduzido até o século XX, já que a maioria da população destes portos era de origem africana, tanto livre como cativa. No contexto específico da costa da Guiné, que se debatia com uma falta crónica de pessoal, muitos degredados acabaram por ocupar funções administrativas e militares, chegando, nalguns casos, a ocupar o cargo de capitães-mores e de altos funcionários³.

No caso Português, o recrutamento de trabalhadores e ‘homens de ofícios’ para obras de construção e a defesa de fortalezas insere-se, na segunda metade do século XIX, num ‘mimetismo’ das práticas adoptadas pela Inglaterra e pela França, para as suas colónias, no espaço Atlântico e no Índico (Medeiros, 2006). Nestes casos nota-se um certo dualismo em termos da política de colonização, oscilando entre o degredo – que se assemelha cada vez mais à deportação de contestatários políticos – e a contratação de ‘coolies’. No fim do século XIX, a introdução de legislação, nas colónias, que regulava o trabalho forçado⁴, o envio de serviços para regiões, que se combatiam com falta de mão-de-obra para fins privados (por ex. roças de São Tomé e Príncipe), ou mais tarde para certas empresas de capitais portugueses (por ex. Companhia de Moçambique, Diamang, Cotonang e outras), além de colocar algumas dúvidas, no que diz respeito ao carácter de processos criminais, que resultaram neste tipo de condenação, também conduziu à progressiva diluição da distinção entre trabalhos públicos e forçados e entre condenados e contratados.

Uma análise do degredo para colónias africanas como Angola, na segunda metade do século XX, mostra que, nesta época, pessoas de ascendência chinesa, sobretudo marinheiros, também eram enviados para África, com base em condenações de dois a cinco anos (Pantoja, 1999: 559). Em Moçambique, as primeiras tentativas de contratar homens de ofícios chineses (incluído ferreiros, pedreiros e carpinteiros) data de 1858, quando um grupo de trinta coolies desembarcou na Ilha de Moçambique (Medeiros, 2006). No caso da Guiné, entre 1834 e 1896, o número de degredados totalizou 425

³ Ver por exemplo o caso de Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne, cuja ascensão ao cargo de governador de Moçambique foi descrito pelo Filipe Gastão de Almeida de Eça em *De Degredado ao Governador, 1784-1832* (Lisboa, Severo de Freitas Mega, 1950).

⁴ Regulamento de Trabalho dos Indígenas, 1899, promulgado nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné, mais tarde substituído pela legislação introduzida pelo Estado Novo em 1928, com o Código de Trabalho dos Indígenas, sujeita a regulamentação para cada colónia.

indivíduos, a maior parte vinda de Cabo Verde e de Portugal. As sentenças variavam entre seis meses à perpetuidade, sobretudo por crimes como furto, roubo, burla, estupro, ferimento, deserção e homicídio. Ao longo dos tempos é de notar uma mudança nos países de origem dos degredados, por exemplo após a Guiné obter a autonomia administrativa de Cabo Verde em 1879, os cabo-verdianos continuavam a constar nos registos, mas a Guiné passa a receber mais degredados de Angola e de São Tomé, facto que se manteve até ao final do século XIX. Ao mesmo tempo, registava-se um crescente uso político do exílio forçado⁵, a base de condenações por insubordinação, motim e revolta criam uma concentração de opositores à monarquia em Bissau e em Bolama, os principais centros urbanos da Guiné. Muitos dos degredados, sobretudo aqueles condenados a sentenças superiores a cinco anos, acabam por sucumbir a doenças tropicais. Sendo conhecido como uma terra “áspera e doentia”, a má fama da costa ocidental africana levou meios metropolitanos a qualificá-la como o ‘tombo dos Europeus’, logo à chegada atacados pelas doenças tropicais como as tão temidas “febres do país” e o paludismo. Aliás, alguns relatos feitos pelos Serviços de Saúde, na viragem do século XIX, descrevem, com grande detalhe, o triste destino de muitos novos recrutas portugueses, enviados para combaterem nas campanhas militares na Guiné e que, após algumas semanas, mais pareciam cadáveres que soldados (Havik, 2007: 261). Alguns dos chineses recém-chegados também pereceram pouco tempo após a sua chegada, contudo por estarem acostumados a um clima tropical asiático, provavelmente, resistiram melhor às intempéries da Guiné.

A introdução de mão-de-obra, vinda de outras colónias, também se insere nas grandes mudanças que ali tiveram lugar no decurso do século XIX, associadas, sobretudo, ao fim do tráfico de escravos e no início da plantação de culturas de renda, como o algodão, o cacau, o café e o amendoim. No caso da Guiné, esta transformação baseou-se na introdução de amendoim (*Arachis hypogea L.*, chamada *mancarra* ou *mankara* no Crioulo da Guiné) e a colheita de amêndoas de palmeira, (chamada *coconote* na Guiné). Ao mesmo tempo, a cultura de arroz, também, sofreu alterações profundas, através da comercialização, na região da África Ocidental, de variedades originárias da Ásia, por comerciantes da Gâmbia Inglesa. A região da Casamance (que actualmente faz parte do Senegal) até à Serra Leoa era tradicionalmente conhecida como o “Rice Coast” (a Costa do Arroz). O litoral de baixo relevo cortado por muitos rios e rias, cujas margens eram caracterizadas pela abundância de mangue ou mangrove, formava um eco-sistema, perfeitamente adaptado à cultura de arroz alagado, nas chamadas *bolanhas*. A grande variedade de espécies nativas (*Oryza glauaberrima St.*) – ‘arroz de povoação’ – alimentava uma população composta por várias etnias, nas zonas costeiras, cuja produção excedente era trocada por outros produtos de primeira necessidade, nas feiras semanais na região, já referidas pelos primeiros viajantes europeus, no século XV. Nos meados do século XIX, a crescente procura, por parte de colonos, de embarcações de cereais para a sua subsistência e exportação, fez com que outras variedades, vindas de Ásia, fossem introduzidas. Por conseguinte, para além do arroz local conhecido como ‘arroz vermelho’ (devido à cor da sua casca), as populações começaram a produzir o ‘arroz branco’, também chamado ‘arroz da Gâmbia’ (*Oryza sativa L.*). A valorização destas novas espécies, algumas das quais cultivadas

⁵ Ver AHU, Fundo do Governo da Guiné, Livros 22 e 23.

em sequeiro, e cujo preço de mercado era quase o dobro do arroz local, permitiu maiores lucros aos intermediários, além de resultar num aumento significativo da sua produção, a partir dos anos 30 de oitocentos (Lopes de Lima, 1844: 25-6).

A criação de explorações agrícolas e comerciais, as chamadas *pontas* na Guiné-Bissau, a partir da terceira década do século XIX, fez com que o cultivo de culturas de renda, sobretudo de amendoim, conhecessem uma evolução rápida. O surgimento de plantações ou *pontas* ao longo da costa e nas margens dos rios atraiu colonos e mão-de-obra rural para novas áreas de cultivo. Estas mudanças tiveram um grande impacto não só na agricultura, mas também no fomentar o intercâmbio de saberes e de práticas entre as comunidades anfitriãs, os trabalhadores de fora e os intermediários, regra geral comerciantes, tanto africanos como europeus⁶. Os contratos tomaram várias formas, de “*sharecropping*”: os produtores recebiam uma parte da colheita, um sistema seguido, desde então, até os anos sessenta do século XX. Por conseguinte, a produção de culturas de renda aumentou em flecha durante o século XIX, com notável sucesso, para as oleaginosas – a maior parte do qual exportado para portos franceses como Marseille – mas também para o algodão, o milho e o arroz. Esta expansão das culturas de renda trouxe, igualmente, mudanças ao nível da distribuição de terras e facilitou a progressiva ocupação do território. Porém, a monocultura de amendoim fez com que a Guiné-Bissau ficasse muito exposta à volatilidade dos mercados, pelo que a descida das cotações significou o fim das *pontas*, nos anos oitenta do século XIX. A implantação de uma administração embrionária na Guiné, nesse período, e as campanhas militares de ocupação que se seguiram, entre 1890 e 1915 – e que também tiveram lugar quase ao mesmo tempo nas colónias francesas vizinhas –, pelo século XX dentro, aceleraram estas mudanças. Contudo, também geraram um ambiente crispado e violento, que travou o desenvolvimento do território e reduziu fortemente a sua atracção para potenciais colonos.

O envio dos primeiros chineses insere-se numa tentativa das autoridades trazerem à força, novos braços para a Guiné-Bissau dos vários cantos do império para reanimarem as economias frágeis destes territórios. As suas origens não são claras, mas provavelmente, vieram da zona de Cantão (Guangzhou) e o estuário do Rio das Pérolas, tal como muitos conterrâneos que foram mandados para Moçambique. Enquanto que a primeira leva de chineses contratados chegou à Ilha de Moçambique em 1858 (Medeiros, 2006), fontes oficiais datam a chegada dos primeiros cantonenses à Guiné-Bissau em 1902. As andanças dos chineses e dos seus descendentes na Guiné-Bissau, abaixo descritas, não estão somente associadas aos costumes que traziam da sua terra natal mas também, a outras já existentes nesta parcela do continente africano. A sua presença está directamente associada à expansão da orizicultura no Sul da Guiné-Bissau, que teve lugar a partir das primeiras décadas do século XX. Os seus conhecimentos do cultivo de arroz e a sua percepção do valor deste cereal serviram para incentivar a plantação de arroz em áreas perfeitamente adequadas para este fim, mas que, ainda, não tinham sido aproveitadas para tal. Longe de suspeitar as consequências desta sua iniciativa, estes chineses criaram as condições para um processo de migração, em massa, de comunidades africanas inteiras dentro da colónia, para terras ainda não aproveitadas. A sua convivência com as populações locais e a inte-

⁶ Ver sobre a questão das relações entre Africanos e estrangeiros, no que diz respeito ao uso da terra e o comércio, Dorjahn & Fyfe (1962).

gração na sociedade guineense, através da agricultura e do pequeno comércio fizeram com que a sua descendência ficasse – e ainda hoje está – perfeitamente integrada no panorama social da Guiné.

Estes processos de intercâmbio inserem-se numa “lógica de mestiçagem”, de um cruzamento de culturas e de saberes, longe dos olhares metropolitanos e até, muitas vezes, distante dos governos coloniais. É a este “encontro de culturas e processos de aculturação” (Medeiros, 2006) e à partilha de saberes e experiências que a presente contribuição se dedica, traçando as principais linhas das histórias destas pessoas e ensaiando desvendar as complexas relações que teceram em terras africanas. Neste sentido, este ensaio faz parte de um trabalho de investigação antropológica e histórica mais alargada acerca da herança chinesa no continente africano, que no quadro das antigas possessões portuguesas, também, foi levado a cabo em Moçambique⁷. Longe de antigas colónias lusas serem as únicas paragens, em África, por onde pessoas de descendência chinesa, regra geral descritos como ‘*coolies*’, passaram e se fixaram, existem outros casos no continente de sumo interesse, como é o caso do recrutamento de ‘*coolies*’ para as minas de ouro na África do Sul, onde trabalhavam em condições muito adversas já nas primeiras décadas do século XX⁸.

O debate sobre a presença de comunidades de origem chinesa e dos seus descendentes na actual África do Sul só agora começa a ser feito, com base em estudos preliminares no terreno⁹. Apesar de o recrutamento de *coolies* ter sido alvo de estudo, num contexto colonial e imperial entre o Pacífico e as Caraíbas, a investigação sobre a sua fixação nestes territórios, de um ponto de vista histórico e antropológico tão dispersas, ainda tem de ser feita. Pretende-se com este estudo de caso da Guiné preencher algumas lacunas para o caso da Guiné dita Portuguesa, onde os chineses, apesar do seu número reduzido, marcaram a história e a sociedade de uma forma invulgar durante a época colonial.

2. A Guiné: uma colónia em vias de formação

A partir do Ultimato Britânico de 1891, a Guiné torna-se palco de campanhas militares, com o fim de subjugar os povos do litoral, que se mostraram renitentes em aceitar o domínio português. Por conseguinte, as autoridades sediadas na capital Bolama – localizada na ilha homónima desde 1879, quando a Guiné se tornou autónoma de Cabo Verde – tentavam aumentar as suas reivindicações territoriais e concluir tratados com os chefes ou *régulos*. No caso do arquipélago dos Bijagós, que se tornaram uma área de reconhecimento para os primeiros chineses, as relações com as autoridades estavam longe de serem fortes ou pacíficas. Apesar de haver um certo estreitamento de laços já existentes com os Bijagós de algumas ilhas, sobretudo a partir de 1899, as autoridades ainda não exerciam nenhum controlo sobre esta zona de difícil acesso

⁷ Ver Medeiros (1998) e (2006). Ver também a Gazeta da Comunidade Chinesa de Moçambique, 1858-1975, coordenada pelo mesmo autor e publicada pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora.

⁸ Sobre a presença de trabalhadores chineses nas minas sul-africanas, ver Peter Richardson, *Chinese Mine Labour in the Transvaal* (London: Macmillan, 1982).

⁹ Sobre estas comunidades de origem chinesa na África do Sul actual, ver Karen L. Harris, *The South African Chinese: A Community Record of a Neglected Minority*, in: *South African Historical Journal*, vol. 36, 1, May 1997: 316-325.

até se iniciar a sua ocupação a partir de 1917-18¹⁰. Quanto à Guiné continental, a situação não era muito diferente, até ao governo português ocupar as regiões, até então “rebeldes”, nas campanhas de 1913-1915. Uma vez que estas batalhas foram travadas no Norte do Rio Geba, o Sul da Guiné, onde os chineses acabaram por se fixar nos anos vinte de novecentos, ficou relativamente intocado e intacto. O tratado de delimitação de fronteiras entre Portugal e a França de 1886, trouxe as Comissões Luso-Francesas de Delimitação para a região de Tombali, que fazia fronteira com a Guiné Francesa.¹¹ (Nota: ‘troca’ de Tombali pela Casamance mais ao Norte). Desde 1895 existiu um posto militar em Biquese na boca do rio Cacine, perto da actual vila com o mesmo nome, que era a residência do *régulo* desta terra dos povos Nalú e Sosso.

Um dos militares portugueses que participou nesta comissão ficou encarregue de uma missão geográfica e etnográfica, a pedido do governador, para reconhecer a região de Tombali. No seu relatório contempla a extracção de borracha que à época se tinha tornado um importante produto de exportação, além da plantação de algodão, amendoim, amêndoa de palmeira, marfim, madeira e noz de cola. Os Nalú, com raízes ancestrais nesta zona, que eram até então pouco conhecidos, pratica(ram) uma agricultura de sequeiro baseada em milho e em arroz, e no final do século XIX amendoim ou *mankara*, sob a influência dos vizinhos Sosso e Fula. As investidas dos Biafada de Quínara e, sobretudo, a penetração progressiva nos anos oitenta do século XIX, dos Fula, que se tinham estabelecido da região do Forreá, acabaram por trazer o Islão¹². Por conseguinte, muitos Nalú migraram para o baixo Cacine, a floresta de Cantanhez e zonas mais ao Sul nos Rivières du Sud, como o rio Komponi e Nuno (Nunez) na Guiné Francesa. As descrições oitocentistas do seu *chão* (ou território sobre o qual exercem direitos de usufruto ancestral) são bastante exóticas: ‘uma das regiões mais selvagens (...) onde as aves, macacos e crocodilos olharam os viajantes com espanto’ (Brosselard, 1889: 118). Os rios, cujas margens estavam cobertas de mangue, eram bem navegáveis e viam-se nativos a pescarem nas suas canoas. A zona era – e continua a ser – muito procurada por povos do interior, sobretudo os grupos islamizados, para trocar sementes de cola (*Sterculia acuminata L.*) obtidas das coleiras que crescem ali espontaneamente.

A área compreendida entre o rio Cacine e o rio Tombali mais ao Norte, conhecido como Tombali, nome de origem Nalú¹³, é cortada por vários rios e rias, sendo os mais importantes o rio Cumbidjá e o rio Cacine. Na altura da chegada dos chineses esta região tinha, além de um posto militar português, algumas feitorias, sendo os Europeus *avis rara* naquelas paragens. As primeiras tentativas de estabelecer *pontas* na região datam de 1870, quando chefes Nalú concluíram tratados com a administração

portuguesa e com os comerciantes para a cedência de terrenos, na margem esquerda do Rio Tombali¹⁴. Até a viragem do século, o Rio Tombali tornou-se uma área de fixação de *ponteiros* de origem caboverdiana, que adquiriram terrenos dos chefes Nalú locais para o cultivo de *mankara*, tal como fizeram no vizinho rio Grande.

Um dos primeiros – e poucos – Europeus que se fixou na zona mais ao Sul, foi Pierre Puvel, um colono belga que tinha uma feitoria no Rio Cacine – localizado perto do posto militar de Biquese criado em 1895 – para a qual obteve uma concessão de 400 ha. em 1899 para a exportação de borracha (Puvel, 1909-10: 147). O comerciante em questão funda quatro feitorias ou *pontas* nas margens do Rio Cacine, no esteiro de Cacondó, rio acima, no fim da primeira década de novecentos, as pontas Yegbeya, Cabuda, Cassintcha e Camutuban¹⁵. Na sua digressão pela região, o general Henrique Dias de Carvalho visitou a área em 1898/9, comprando terrenos nas margens do Rio Tombali e Cacine, para fins agrícolas, em nome de terceiros (Dias de Carvalho, 1944: 157). Naquela época o governo da Guiné Portuguesa, cujo controlo sobre o território ainda não estava assegurado, distribuiu sementes de borracha, amendoim e cola aos comerciantes activos na zona. Regra geral os comerciantes conseguiram obter as suas concessões, através de acordos verbais – mas também escritos – com os nativos, pagando uma renda anual, ou *lua*, para povoar e cultivar as parcelas, trocando bens importados como aguardente, pólvora, armas de fogo e tecidos por produções locais, q.d. amêndoa de palma (*coconote*), óleo de palma (*chabéu*), rícino, goma, cera de abelha, couros e arroz (com casca), alguns dos quais trazidos, por caravanas do Forreá. Então, o arroz produzido localmente pelos Nalú era de sequeiro (N: *amar caból*) ainda não existindo arrozais alagados ou *bolanhas*, naquela época, na zona em questão¹⁶. Este arroz (a base de algumas variedades locais) era, por sua vez, alvo de transacções com outros povos vizinhos (como os Biafada) em troca de *coconote* (Costa Oliveira, 1897/8: 87; Puvel, 1909-10: 156).

Em 1890, o então governador da Guiné enviou para Lisboa algumas amostras de arroz cultivado pelos Balanta, já responsáveis pela maior parte da produção na Guiné, cujas qualidades foram elogiadas, após a sua análise em laboratório. O reconhecimento ‘oficial’ da importância da agricultura de arroz em terrenos alagados vem, somente, com a autonomia administrativa da então província da Guiné Portuguesa e a implantação da administração em Bolama, em 1879. Nos seus relatórios, os governadores começam a valorizar a produção de arroz: “o território Balanta que por assim dizer abastece d’arroz quase toda a província” (Teixeira da Silva, 1889: 41), tal como oficiais militares durante as campanhas de pacificação: “Os seus terrenos (dos Balanta) produzem em abundância arroz, milho e feijão, que vão fornecer na quase totalidade dos nossos mercados” (Marques Geraldês, 1887: 517). As primeiras investidas de agrónomos no terreno, também, os levam a invocar as grandes potencialidades do cultivo deste cereal ao constatar que é “o principal alimento da população”, cujo cultivo devia ser promovido (Arpoare, 1882: 366/7). Esta ênfase sobre a importância de arroz para

¹⁰ Ver sobre as campanhas nas ilhas, Péliissier (1989). A autoridade portuguesa é somente alargada a todo o território (pelos menos na parte continental), aquando da conclusão das campanhas militares em 1915. Com a Carta Orgânica de 1917 a Guiné é dotada com uma administração civil organizada em nove circunscrições e dois concelhos.

¹¹ Apesar de ter sido uma área de presença francesa desde os meados dos anos 1850, o tratado de Paris de 1886 que acordou a delimitação entre França e Portugal, concluiu pela cedência da região de Tombali ao governo Português em troca da Casamance reivindicada por Portugal; Ver Esteves, Maria Luísa (1988) *A Questão da Casamance e a Delimitação das Fronteiras da Guiné*, Lisboa/Bissau: IICT/INEP.

¹² Ver Aimé Olivier, *De L’Atlantique au Niger para le Foutah-Djallon: carnet de voyage*, Paris: P. Ducrocq, 1882: 35, que viajando na área de Tombali e Cacine, obtém informações sobre a guerra entre os Fula e Nalú, que acabaram por perder o controlo sobre as margens do rio Cumbidjá.

¹³ Trata-se do termo *Uatambali*, nome dado pelos Nalú ao Rio Tombali e mais tarde à região do Sul de Quínara, com a criação da circunscrição com o mesmo nome, em 1941.

¹⁴ Ver Auto de Cessão que fizeram os régulos de Nalú de todo o seu território ao Governo de Sua Magestade, Ponta de São Jorge, 24-11-1870, Álvaro Telles Caldeira (governador da Guiné) Fundo do Governo da Guiné, Livro 41.

¹⁵ Houve ainda um posto militar provisório estabelecido no Rio Cacondó nos anos 90 do século de XIX que foi de pouca duração. (Costa Oliveira, 1897/8: 85).

¹⁶ Sobre a sociedade Nalú e as suas relações com o meio ambiente, ver Amélia Frazão Moreira, *Apropriação Social da Natureza entre os Nalú da Guiné-Bissau: a etnobotânica num contexto de mudança*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE, 1999.

a vida social e económica da colónia é, contudo, lenta a afirmar-se nas políticas da administração, cuja maior preocupação era fomentar as culturas de renda, como o amendoim para a exportação, que se tornará uma monocultura na colónia durante o século XX. Com a sua queda na última década do século, a borracha e a amêndoa de palma ou *coconote* substituíram a *mankara*, numa procura de fontes de rendimento, por parte de casas de comércio e das autoridades. A criação de postos militares, nos anos 90, e das intendências, a partir de 1906, fazem com que se formem pequenas ‘ilhas’ a partir, das quais as autoridades ensaiam ocupar um território, ainda, largamente na posse de povos com raízes fortes, nos seus respectivos *chãos*. A agricultura, essa, continuava nas mãos dos povos nativos, muitos dos quais nunca tinham tido nenhum contacto directo com Europeus:

“Vegeta perfeitamente o mendobi, que ali chamam mancarra; é a cultura mais importante da Guiné Portuguesa e da Senegambia. Nem um só colono Europeu se dedica a lavoura; toda a produção agrícola está na mão do indígena” (Arpoare, 1882: 366).

A chegada dos primeiros chineses, nos primeiros anos de novecentos, que tem lugar numa fase muito conturbada da história da Guiné, ia dentro de algumas décadas contribuir para uma mudança do contexto acima descrito. De uma forma inesperada e improvisada, as suas histórias associar-se-ão com os novos impulsos da colonização interna da Guiné, através da notável expansão e diversificação da agricultura da região, e, sobretudo, do cultivo de um género nativo com grande significado para o sustento da população: o arroz.

3. Os primeiros Chineses na Guiné: Kat Chan e Lai San Lek Si

“No inferno do jogo viviam em fins dos século passado, entre gente da sua igualla, dois homens de nome Alassam e Catcham. E um dia acusados, com outros mais, de crime de homicídio e jogo clandestino, foram presos julgados e condenados, nos termos da lei. Condenados, mas a desterro. Macau pretendia livrar-se dos elementos que a empestavam, fomentando o vício do jogo e cometendo, em antros abomináveis, toda a espécie de crimes. Não seriam porventura Alassam e Catcham dos piores das levas em que foram deportados. Mas o rigor da lei atingiu a todos, e eles vieram do Oriente com os demais, a bordo da chalupa ‘D. Carlos I’ que em 2 de Agosto 1902 fundeou em frente de Bolama.” (Matias, 1956: 174)¹⁷.

É de notar que o autor deste relato, inserido numa publicação oficial dedicada à viagem presidencial à Guiné em 1955, destaca este assunto, apesar de se tratar de “degradados” ou “desterrados”, que, regra geral, só eram referidos em sentenças de tribunais ou em boletins oficiais. Há, contudo, algumas imprecisões e erros nesta versão oficial que convém assinalar e corrigir. A data da sua chegada não é consensual: enquanto

¹⁷ A fonte em questão é o relato oficial da viagem feita em Maio de 1952 do então presidente da República, Craveiro Lopes, e o Ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, antigo governador da Guiné (1945-1949). Existem dúvidas sobre a identidade do barco em questão, que pode ter sido a lancha D. Luiz I, e sobre a data de desembarque dos Chineses; ver Estácio (2002): 434 (nota 15). No que diz respeito às suas sentenças, o Anuário da Guiné Portuguesa de 1948 refere o ‘crime de homicídio e de jogo clandestino’ (Duarte, 1949: 680). Apesar de esforços neste sentido, não foi possível aceder aos processos em questão, nas autoridades competentes em Macau, para confirmar estas afirmações. Contudo, considera-se menos provável que o fundamento das sentenças tenha sido uma simples questão de dívidas associadas ao jogo clandestino e que a sua invocação se relacionasse com o endurecimento da pena (Estácio, 2002: 435).

fontes oficiais referem 1902, há membros da comunidade chinesa na Guiné, segundo as quais houve um grupo de chineses que chegaram em 1895, fazendo parte de um grupo maior, uma parte do qual desembarcou em Moçambique e, talvez, São Tomé¹⁸ Existem indícios nos arquivos que, pelo menos, dois chineses, de nome Chan-a-leng e Las-Asseng, que se dizem oriundos de Macau e eram à época residentes em Bolama, terem feito um pedido para a sua repatriação em 1909. Enquanto o primeiro tinha sido condenado a sete anos de degredo, o segundo foi sentenciado a oito anos de degredo pelo crime de roubo. Apesar de as autoridades lhes terem concedido passagem para Cabo Verde, queixam-se de não conseguirem uma embarcação dali que os levasse de regresso a Macau. Nos seus requerimentos, em que pedem ser repatriados, e que foram indeferidos, invocam ainda de lhes ser “quase impossibilitado de trabalhar devido ao mortífera clima da Guiné”¹⁹.

Outra questão que suscita dúvidas fundadas, é facto de estes recém-chegados serem chamados ‘Macaístas’ (termo rejeitado pela comunidade luso-chinesa, também por ser erróneo, em vez de pessoas nascidas em Macau) quando se tratavam de chineses vindos da região de Cantão, que emigraram para a então colónia portuguesa. Apesar de as razões da sua migração, provavelmente, se prenderem com a situação política na China continental, este pano de fundo não é relatado pelas fontes portuguesas coevas, que lhes atribui o estatuto de condenados. Os chineses em questão, que chegaram à então capital da Guiné situada na Ilha de Bolama, a curta distância de terra firme, além da obrigação de executarem trabalhos públicos não beneficiaram de apoios da metrópole ou da administração local. As razões para o tratamento “privilegiado” de Alassam e Catcham feito pelas autoridades nos anos cinquenta, associa-se ao facto de estes chineses terem, com êxito, procurado novas formas de vida e de sustento, que acabaram por deixar marcas históricas na colónia, nomeadamente, no que diz respeito ao cultivo de arroz. Contudo, as suas primeiras investidas na Guiné estão associadas à pesca: após serem adquiridos pequenos



Túmulo kat Chan em Catió (falecido em Catió, 27-6-1949).

¹⁸ Entrevista com Eng. Marcelino Wentacem Silva, Lisboa, 19-3-2010, testemunho recolhido por Philip J. Havik. Esta fonte afirma que enquanto o primeiro grupo era composto por refugiados, o segundo grupo fazia parte de um grupo de ‘condenados’ ou ‘degradados’ enviado para a Guiné-Bissau por um tribunal de Macau; não foi possível encontrar referências escritas nos registos dos arquivos ou nos boletins oficiais da época sobre este grupo.

¹⁹ Ofício 117, Joaquim João Duarte Guimarães, Secretário Geral do Governo da Guiné, Bolama, 26-4-1909; AHU, Direcção Geral do Ultramar, 1.ª Repartição, Cx. 8.



Boaventura Wentacem António Silva (falecido em Catió, 25-05-1960).

barcos de pesca – e supõe-se licenças de pesca (?) – eles dedicaram-se à navegação nas águas costeiras e no arquipélago dos Bijagós – para granjear a vida e estudar as perspectivas, que a sua nova terra oferecia.

A chegada de chineses, em 1902, a Bolama, acaba por criar as condições inesperadas para uma aventura, que abrirá novos horizontes na colónia, ainda, em estado formativo. Sendo o seu local de fixação, onde executaram durante os primeiros tempos trabalhos públicos, a capital, próxima as ilhas Bijagós e a área ao Sul do rio Tombalí, que eram naquela época ainda largamente desconhecidas, servia como ponto de partida para as suas investidas. Daí que, apesar de ser a sede do governo, a Ilha de Bolama era de facto um excelente ponto de partida para navegar em águas longe dos olhares das autoridades. A mobilidade que ganharam como pescadores, permitia-lhes alcançar grande margem de manobra e entrar em contacto com populações em zonas pouco visitadas ou conhecidas.

“Ganharam intimidade com os nativos e pediram-lhes informações de terras onde pudessem prosperar mais largamente. Deles devem ter obtido a revelação de que no continente, subindo um grande rio até umas terras mal conhecidas, se encontravam enormes extensões de boa terra inundada onde era abundante a produção de arrozal”. (Matias, 1956: 175).

Por não haver confirmação nas fontes da época – que são pouco claras neste aspecto em particular – acerca da existência de arrozais ou *bolanhas* no chão Nalú, nas margens do rio Tombalí, é mais provável tratar-se da perspectiva do potencial da área para o cultivo de arroz. Aliás, os dois chineses, aqui descritos como *“mestres de lavrança de arroz”* devem, sem dúvida, eles próprios ter entendido as características propícias do terreno, que é muito parecido com o estuário do Rio das Pérolas, que banha Macau, e cujas margens estavam então ainda cobertas de mangrove (mangue)²⁰. Conhecido como a “terra de arroz e peixe”, onde os arrozais abundam e as populações sedentárias nas margens do estuário ganharam uma larga experiência milenar, no que diz respeito a recuperação de terras para agricultura nas suas margens lodosas. A construção de diques para a criação de campos de cultivo de arroz e de lagos de peixe (e ostras) tem ali uma longa tradição, criando um eco-sistema e uma sócio-economia

²⁰ A extensão desta zona de densos mangroves é hoje muito menor por causa do grande crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização na província de Guangdong.

muito característicos para esta região²¹. O conhecimento do impacto das marés, da necessidade de dessalinização dos solos e o conhecimento de variedades de arroz mais bem adaptados ao ambiente, eram fundamentais para tirar o máximo proveito das suas potencialidades.

Enquanto o relato ‘oficial’ da sua biografia histórica passa sem demora para a próxima fase de os Chineses terem conseguido *“dentro de em pouco”* de tirar proveito *“do seu trabalho aturado e hábil”* e de a terra *“pagar generosamente”* (Matias, 1956: 175), é um grande salto. Uma outra fonte, anterior ao relato acima citado, fornece mais pormenores e permite enquadrar melhor o contexto da sua fixação na região. Fausto Duarte, funcionário administrativo na Guiné Portuguesa além de romancista, acrescenta alguns aspectos relevantes, nomeadamente, de os chineses terem criado laços estreitos com habitantes das Ilhas Bijagós, em cujas águas costumavam pescar (Duarte, 1949: 680-2). Estes, além de serem hábeis navegadores e pescadores com um grande conhecimento da zona costeira, também, eram cultivadores de arroz em terrenos lodosos das suas próprias ilhas sedimentadas pelos grandes rios da região. A aprendizagem do Crioulo da Guiné (Kriol) ou de línguas étnicas pode ter facilitado a sua comunicação com os Bijagós. A sua rápida adaptação ao meio e o facto de estarem *“habitados desde a infância aos trabalhos de orizicultura”*, criaram algumas sinergias importantes com as populações locais, que lhes foram úteis, quando reconheceram as terras de Tombalí. A preferência pela zona de Catió, localizada entre os rios Tombalí e Cumbidjã e encostada às ilhas de Como e Caiar, revela uma noção muito clara das características adequadas do terreno. O Rio Cumbidjã – junto com os seus afluentes – é, sem dúvida, o melhor curso fluvial em todo o Sul da Guiné para a criação de arrozais; as marés fazem-se sentir rio acima até os afluentes, o rio de Hebi, Sare e Balana, numa extensão de mais de 80 kms. O facto de hoje ter nas suas margens muitas povoações ou *tabankas* cuja população trabalha os extensos arrozais demonstra que aquela escolha foi acertada²².

Segundo descendentes ainda vivos, os dois chineses, Alassam e Catcham, seguiram juntos para o Sul em 1915. O Alassam Lekessi ou Leckessy (18?), cujo nome chinês era Lai San Lek Si, fixou-se em Cubaque, onde adquiriu uma ponta, poucos quilómetros a Norte da actual vila de Catió, na margem esquerda do Rio Ganjola²³. Nas fontes oficiais recolhidas não consta registo algum desta propriedade, cuja falta é, por estas, associado ao seu estatuto de “degradado”. Contudo, naquela época a administração da circunscrição de Buba (criada em 1912) ainda não tinha estendido o seu controlo sobre toda a zona em questão, e nem sequer tinha pessoal para efectuar a delimitação dos terrenos. Neste seu terreno, Lai San Lek Si cultivava arroz, café, hortícolas e árvores de fruto e, provavelmente, coleiras (*Kola nitida*). Destaca-se, neste contexto, o arrozal ou *bolanha* que o *ponteiro* chinês cultivou com base nos seus profundos conhecimentos das técnicas de construção de diques, de comportas e de irrigação. No caso do Catcham, cujo nome chinês era Kat Chan Akis (1857/8 – 1949), sabe-se, através de descendentes dos Chineses, que se mudou de Bolama para o Norte da Guiné, vivendo, naquela época, em Canchungo, o principal centro comercial da região, da Costa de Baixo que, após o fim das campanhas de militares em 1915

²¹ Ver Qihão Weng, A Historical Perspective of River Basin Management in Pearl River basin in China, in: *Journal of Environmental Management*, 84, 5, 2007: 1048-62.

²² Para um esboço da zona em questão, ver Diana Lima Handem, *Tabancas a Volta do Rio Cumbidjã: estudos no sector de Cubucaré*, Bissau: INEP, 1986.

²³ Ver o testemunho de Maria Anunciação Roberto King, citado em Estácio, 2002: 441.

se encontrava em pleno crescimento. Atraído pelas informações, que lhe chegaram sobre as oportunidades existentes no Sul da Guiné-Bissau, decidiu emigrar para Tombali. Os Manjacos – em cujo chão se movimentava como vendedor ambulante – tinham-se fixado, durante o século XIX, no Sul da colónia, com a expansão do cultivo de amendoim e na última década de oitocentos por causa da colheita de borraça²⁴. Seguindo para Suá, uma aldeia na margem do riacho de Cadime que, com o tempo, se tornou um aglomerado periférico da vila de Catió, estabeleceu-se numa *ponta*. Como o seu conterrâneo, Lai San Lek Si, consta que Kat Chan comprou o terreno (de 1000 ha.) por aforamento²⁵. Parece que foi Kat Chan que, com base nos seus contactos e boas relações com Balantas de Mansoa, Enxalé e Nhacra, os recrutou para emigrarem para Sul, fecharem os rios e cultivarem as *bolanhas* na sua *ponta*. As tradições orais dos Balanta Brassa reconhecem o seu papel de os ter incentivado, a partir de 1915, a migrar para Tombali, onde fundaram no chão Nalú, a *tabanka* de Suá, a primeira na região (Handem, 1986: 33)²⁶.

Um terceiro membro do primeiro grupo, Weng Tak Seng, que andou junto com os seus dois conterrâneos, tanto na pesca nas Ilhas Bijagós, como no Norte da Guiné-Bissau, na zona da Costa de Baixo e as ilhas de Jeta, Pecixe e Caió, acabou por falecer em 1913, antes da migração para o Sul²⁷. Uma recolha de dados através de entrevistas junto de pessoas que conviveram com os filhos dos primeiros chineses, sugere que eles próprios construíam as suas canoas de pesca e costumavam, tal como era hábito na sua terra natal, fechar os rios para facilitar a pesca, com a ajuda de habitantes da ilha de Bolama onde residiram²⁸. Após uma fase inicial de saídas para as Ilhas Bijagós, onde pescavam, os reconhecimentos da zona Sul começaram a incluir o porto de Jabadá, na margem esquerda do Rio Geba. Estes mantiveram contactos com os Balantas na zona de Nhacra, Mansoa e Enxalé, através do pequeno comércio, principalmente, de aguardente e de artigos (por ex. colares) para mulheres e crianças. Os habitantes desta zona ofereciam hospitalidade aos chineses, que nas suas saídas pernoitavam nas *moranças* e nas *tabankas* Balantas. No período das mais intensas batalhas, durante as campanhas militares, na época de 1913-1915, muitas pessoas vindas das zonas afectadas do Norte (o chão Balanta incluído) atravessavam o rio Geba para os portos de Jabadá e Xime, com destino a região de Quinára. Este fluxo migratório teve lugar num período em que a administração, mais preocupada com a situação a Norte do rio Geba, na sequência da conclusão das campanhas, nem tinha a capacidade e nem mostrou muito interesse em controlar estes movimentos. Esta situação é confirmada por fontes portuguesas e

²⁴ Os Manjacos foram engajados pelos primeiros *ponteiros*, que se fixaram na zona, logo após a o fim das campanhas militares em 1915; além de fazerem as sementeiras e colheitas das culturas, incluído arroz e amendoim, prestaram-se a subir as palmeiras para recolher o *coconote* e extrair vinho de palma. Algumas das *tabankas* que nasceram na região fazem lembrar o seu chão, como por ex. Canchungozinho na margem direita do Rio Tombali.

²⁵ Marcelino Wentacem Silva, Lisboa, 19-3-2010. Ainda não foi possível encontrar o registo de concessão terrenos em questão.

²⁶ No relatório do governador da Guiné, Ricardo Vaz Monteiro, do ano de 1943, consta uma referência ao 'macaísta' Cacha Guli, que se tinha fixado na 'região de Tombali', sem especificar o local, "levando consigo alguns trabalhadores indígenas da tribo balanta" para o cultivo do arroz. "Há vinte anos que a região de Tombali era quase desabitada pelo indígena e considerada inabitável para o Europeu, tão extensas eram as suas lalás e os terrenos cobertos de lama do mangal."; Relatório Governador da Guiné Ricardo Vaz Monteiro, sobre o ano de 1943, Bissau, 30-8-1944; AHU, ISAU, 2246.

²⁷ Marcelino Wentacem Silva, Lisboa, 19-3-2010. Segundo esta fonte, o Weng Tak Seng era irmão do Kat Chan Akis. Ainda antes da sua morte, o Weng Tak Seng fez saber que pretendia regressar à China.

²⁸ Entrevista com Inácio Júlio Semedo, proprietário da *ponta* e destilaria Sta. Helena, Gan Vicente, Bambadinca, 28/2 - 6/3/1990, conduzida por Iussufi Cissé, sob orientação de Philip J. Havik.

estrangeiras, nomeadamente, francesas: 'A região de Quinara está em plena fase de colonização (...) este movimento de colonização é de exclusivo iniciativa nativa. O governo local não intervém para a parar e deixa de se interessar completamente nela.'²⁹. Esta migração que começa, logo após a conclusão das campanhas militares, em 1915, e era motivada pela fuga à guerra, à cobrança do imposto de guerra e de palhota, ao trabalho forçado e às requisições de culturas (Handem, 1986: 33), mas também às fortes pressões demográficas existentes na região, a mais



Clementina Akis, (filha de Kat Chan, com 97 anos, fotografada em Catió, Junho de 2001).

densamente povoada da Guiné. A sua fixação no Sul prende-se, principalmente, com a oportunidade de produzir arroz de *bolanha* para consumo, mas também para venda. A atracção exercida pelos chineses, após terem "descoberto" a zona de Tombali, provavelmente, no período de 1915-1920, faz parte de um fluxo migratório interno, do Norte para o Sul. Quando informaram as autoridades, estas, aparentemente, também não se mostraram muito interessadas, por estarem mais preocupadas com a situação a Norte do Rio Geba, nas áreas recentemente conquistadas³⁰.

O facto de chineses como Kat Chan terem ampliado o raio da sua acção até ao chão Balanta, a norte do Rio Geba (através do canal do Impenal, até ao Rio Mansôa) e a partir de Canchungo, permitiu-lhes, mais tarde, recrutá-los para seguirem para Sul. Na época de 1915-1924, quando Lai San Lek Si e Kat Chan se fixaram na zona em redor da actual vila de Catió e desenvolveram a lavoura de arroz, aparentemente, convenceram *moranças* Balanta inteiras a mudar-se para o Sul, a fim de cortar e queimar o *tarrafe* (mangue), construir *ouriques* (diques), drenar os solos e iniciar o cultivo de arroz, nas *bolanhas* conquistadas ao mar³¹. Apesar de os chineses terem aberto o caminho, os Balanta acabaram por se tornar os donos das sementeiras de arroz, o que lhes permitiu, mais tarde, reivindicar os direitos de usufruto da terra. O povoamento correu de forma pacífica, pelo menos inicialmente, porque os migrantes Balanta fizeram contratos com os Nalú, através de cerimónias para obter o consentimento destas mudança, perante os então donos do chão (Handem, 1986: 33). A partir dos anos vinte, o fluxo de migrantes Balanta para o Sul aumentou consideravelmente, principalmente, para a região de Quinara onde se fixam no chão Biafada, em parceria com os Kriston, de Bissau. A partir de 1925, o então governador Vellez Carço tentou limitar a vaga de expansão desenfreada de 'pequenas senhoras da terra', através da criação dos chamados 'centros comerciais' (Viegas, 1936: 540)³². Porém, a falta de

²⁹ Ver nota do Consul da França, Hostains, Bissau, 30-11-1918, para o Ministério Francês de Negócios Estrangeiros, em Paris; MEA, K-Afrique, PP3.

³⁰ Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 28/2 - 6/3/1990.

³¹ Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 28/2 - 6/3/1990. Segundo alguns relatos, os Balanta que chegaram a zona de Catió, em meados dos anos vinte, vinham da região de Mansôa, passando pelo Cubissecó para depois seguir para Tombali (Garcia de Carvalho, 1949: 312).

³² O mesmo governador tentou travar a exportação do arroz no ano anterior, justificando esta medida com a necessidade de abastecer a Guiné. Ver BOGP, 44, 5-11-1924.

organização dos serviços competentes, q.d. a Repartição de Agrimensura, fez com que muitos pedidos de concessões não fossem respondidos, em tempo útil, ou que a demarcação dos terrenos não chegasse a efectuar-se (Santos Guerra, 1956: 44).

A partir de 1926, os primeiros *ponteiros* de origem caboverdiana obtêm concessões, como Álvaro Boaventura Camacho, em Cantone³³, e, mais tarde em, Cufar ou se instalam, simplesmente, na zona de Tombali e Cacine, desbravando o terreno com trabalhadores recrutados. Concessionários como Camacho, que obtiveram grandes concessões das autoridades, reivindicaram o estatuto de “animosos pioneiros”, mas não sem reconhecer o papel de outros, como por ex. Kat Chan, que segundo versão oficial não foram titulares, na ‘abertura’ do Sul³⁴. Apesar de se terem já fixado no Sul antes desta nova vaga de *ponteiros*, os chineses viram falhar algumas das suas tentativas de legalizar concessões de terrenos, por ex. no caso de Kat Chan, o seu pedido de concessão, feito em 1923, para um terreno na zona de Catió, que foi indeferido pelas autoridades³⁵. As condições para a expansão para Sul foram criadas com a construção da estrada de Buba até Cacine em 1924³⁶. A mãe de Camacho, D. Olímpia Monteiro Maia, obteve, na mesma altura, uma concessão mais a Sul, na zona de Cacine³⁷, tal como outros comerciantes, nomeadamente, Mário Lima Wahnon e Gregório Barbosa da Silva³⁸. Nesta zona, além de empresas como a Sociedade Comercial Ultramarina, obtiveram concessões na área de Catió (1926), que contribuiu para a criação de uma, ainda pequena, rede de transportes fluviais, com barcos a motor e lanchas tipo ‘salão’ entre Bolama, Empada, Catió e Cacine³⁹.

A primeira onda migratória Balanta, para o Sul, continuou até o princípio dos anos 30, quando as autoridades construíram em 1931 o posto administrativo em Suá e mais tarde em Catió, onde se edificou um moderno posto, em 1937, e se começou a controlar, efectivamente, a zona em questão. Um inquérito levado a cabo pelas autoridades da colónia, em 1931, concluiu que muitos concessionários não cultivaram ou valorizaram os terrenos concedidos, o que resultou na anulação das suas concessões. Este inquérito chegou à conclusão que a Guiné seria uma “colónia em regime anárquico de concessão de terras, sem carta regular, sem processos científicos de cadastro”, classificada como “a vergonha da administração portuguesa”⁴⁰. Assim intensificou-se a guerra, agora aberta, entre os ‘pequenos senhores de terras’ e o governo da colónia, que, deste modo, tentou condicionar o comércio e agricultura, obrigar os concessionários a manter os terrenos cultivados, a transferir o comércio nas concessões para os centros comerciais e

arrecadar maiores proventos fiscais⁴¹. A instalação de *ponteiros* como Abel Gil de Matos, João Ferreira Neto, D. Maria Cabral e Mário Lima Wahnon e outros na zona de Catió data, precisamente, dos anos 30, contribuindo, decisivamente, para a expansão da produção de arroz, através da fixação de comunidades Balantas inteiras no Sul da Guiné (Indjai, 2002: 187). O cultivo de arroz em *bolanhas* tem sido associado à actividade de *ponteiros*, q.d. comerciantes com títulos de concessões de determinadas terras obtidas através de contratos com *régulos* e chefes ou cedidas pela administração (Espírito Santo, 1949; Mota, 1951; Mota, 1954, I: 290-9 & II: 151; Carreira, 1962: 229; Cunningham, 1980: 37/8; Injai, 2002). Durante os anos 30, o governo da Guiné, também, introduziu estímulos à produção de arroz para exportação, com intuito de suavizar o impacto da forte baixa das cotações das oleaginosas nos mercados internacionais, na sequência da crise mundial de 1929, e, ao mesmo tempo, ensaiar políticas que visavam diversificar a economia de monocultura de oleaginosas e criar excedentes de arroz para a exportação para a metrópole⁴². Segue-se uma segunda onda de (grandes) concessões nos anos 40 com a chegada de comerciantes como Manuel Pinho Brandão, Maria Conceição Veiga e outros, que, sempre, através do recrutamento de mão de obra Balanta, aumentaram ainda mais a área ocupada por arrozais e, por conseguinte, a produção de arroz. A escassez de arroz registada naquela altura proporcionou medidas que visavam proibir a sua exportação e o contrabando. O governador Sarmiento Rodrigues (1945-49) que iniciou obras de recuperação de arrozais ou *bolanhas* no litoral, logo após a Segunda Guerra Mundial, observou, a respeito dos trabalhos feitos na construção dos *ouriques* (q. d. diques exteriores dos arrozais) de Bissau, Cacheu e Mansoa, que estes foram feitos “a pedido dos indígenas”, mas que pedidos semelhantes foram feitos por comerciantes e que as autoridades no Sul da Guiné-Bissau lhes pareceram “irrealizáveis porque estão fora do domínio do prático” (Sarmiento Rodrigues, 1949: 140). Não hesitaram a usar a metáfora da lavoura para chamar atenção dos administradores que “em vez de semear arroz e fazerem paredes, estão a escrever a máquina e minutar sonoras notas”⁴³, para publi-



Mariana Akis (filha de Kat Chan, com 93 anos fotografada em Catió, Junho de 2001).

³³ O comerciante em questão, entregou o seu pedido de concessão de terrenos em Cantone em 1922, que ficou sem andamento, até que as autoridades (q.d. o Conselho do Governo da Guiné) a concede em 1926; ver processo de concessão por aforamento no. 1777, de 7.152.008 m².

³⁴ Ver Santos Guerra, *Terras da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Tip. Silvas, 1956: 43-8.

³⁵ Ver BOGP, 20, de 28-7-1923, em que é referido o indeferimento do pedido de concessão (processo 23/1922) feito por ‘Cacham Macaista’ de um terreno no sítio de Catió-Cubile, que na altura ainda fazia parte da Circunscrição de Cacine.

³⁶ Conselho do Governo da Guiné, Acta 6, 8-3-1924; AHU, DGAPC, 588.

³⁷ Ver para a concessão de Olímpia Monteiro Maia, Actas Do Conselho do Governo, No. 19, 12-7-1924; AHU, DGAPC, 588., e para as outras concessões, Injai (2002): 186.

³⁸ Trata-se do processo no. 1793 de 1925 relativamente a concessão de 9.994.460 m² à Mário Lima Wahnon, e processo no. 1792, do mesmo ano, de 10 mil m² à Gregório Barbosa da Silva.

³⁹ Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 28/2 - 6/3/1990.

⁴⁰ João José Soares Zilhão, governador da Guiné, ofício confidencial, 2/48, Bolama, 7-1-1932, AHU, DGAPC, 368-2. O governador responsabiliza a falta de prioridade dada a questão do cadastro e a Repartição de Agrimensura, que se regia com verbas mínimas, pela falta de produtividade dos serviços em questão.

⁴¹ Este conflito intensificar-se-á nos anos trinta, durante o longo mandato do governador Viegas (1933-1940), que, em 1940, informa a metrópole que conseguiu, através de fiscalização e de alterações ao regime de concessões de terrenos, anular ‘mais de dez mil ha de terrenos concedidos por falta de aproveitamento’, Luís António de Carvalho Viegas, Relatório do Governo, 25-10-1940, Bolama; AHU, GM, 2940. O seu sucessor, Ricardo Vaz Monteiro, pela circular (n.º 19 de 22-10-1942) obriga os administradores de circunscrição a organizar comissões de vistorias a todas as concessões com mais de dez anos, o que resulta na anulação de 171 000 há dos 245 853 já concedidos, sobretudo, devido à “falta de aproveitamento do terreno”; ver Relatório do ano de 1943, governador Ricardo Vaz Monteiro, 30-8-1944; AHU, ISAU, 2246.

⁴² A exportação de arroz para Portugal atingiu o seu nível máximo em 1934, com um volume de quase 6 mil toneladas, para nos anos seguintes descer para mil toneladas em 1937, devido a restrições impostas à sua importação pelo governo na metrópole; ver António de Carvalho Viegas, Relatório do Governador, Bolama, 28-6-1937; AHU, ISAU, 1667.

⁴³ M.M. Sarmiento Rodrigues, Relatório para a Conferência dos Administradores da Guiné de 1947; AHU, DGAPC, 2070.

nhar a necessidade de estes indicarem “a capacidade dos recursos próprios, a vontade dos indígenas e da razoável possibilidade de auxílio do Governo.” (Ibidem: 140/1) Por conseguinte, regra geral, os *ponteiros* do Sul organizavam os trabalhos de ‘fechar os rios’, a contratação de mão-de-obra (principalmente Balanta) e o transporte de materiais (cascalho e areia), por conta própria⁴⁴.

4. Os descendentes dos primeiros Chineses

Se o papel dos primeiros chineses na expansão da cultura de arroz ficou, claramente, estabelecido, não só através de fontes escritas, mas também orais, o seu percurso na sociedade colonial da época e, sobretudo, as suas relações com as sociedades africanas na Guiné, é mais difícil de determinar. Estas questões são importantes por se relacionarem com o modo como os chineses foram inicialmente recebidos e vistos pelas autoridades, e para perceber qual o impacto que o seu estatuto de ‘degradados’ teve sobre as suas andanças em solo guineense. A sua mobilidade como pescadores e, mais tarde, a sua mudança de domicílio da capital Bolama para outros pontos da colónia, indicam que não houve uma vigilância apertada sobre os seus movimentos, apesar das limitações impostas pelo seu estatuto. Pode-se especular, por exemplo, sobre o impacto das medidas tomadas pela primeira república, no sentido de decretar uma amnistia geral para aqueles condenados de vários crimes, entre 1910 e 1914 (Estácio, 2002: 437/8). Estas medidas foram transpostas em portarias provinciais, que, no caso da Guiné, resultaram na concessão de um indulto, para aqueles que tinham sido condenados a cumprir penas no ultramar, no terceiro aniversário da implantação da república⁴⁵. Provavelmente, estas medidas trouxeram uma mudança na vida dos chineses, que faziam parte de um grupo muito maior de degradados por crimes de várias ordens, incluindo políticos. Estes chineses encontravam-se espalhados pela colónia, e, sobretudo, nos centros urbanos principais, como Bolama, Bissau e Cacheu.

Ao contrário dos deportados de outras colónias como Cabo Verde e São Tomé por razões políticas, que tiveram um papel activo nos conflitos, que se intensificaram, precisamente, durante os últimos anos das campanhas de ‘pacificação’ (1910-1915), e se associaram activamente, aos movimentos e facções republicanas, os chineses formaram um grupo diferente, pouco numeroso, modesto e pacífico. O facto de a mudança de alguns chineses para outros pontos da colónia se ter verificado, a partir de 1915, é significativo. O envio de alguns, que faziam parte do primeiro grupo destes para o então comando militar de Cacine, como ‘adidos’ deve ser interpretado como uma política de os afastar destes centros e colocá-los em áreas remotas, onde havia manifesta falta de colonos e de funcionários. Mas a tendência dos chineses se fixarem em zonas situadas longe das autoridades portuguesas, sugere, ao mesmo tempo, a sua procura de oportunidades, em áreas ainda pouco exploradas, longe dos olhares das autoridades.

Outra razão pela qual se percebe melhor o meio social coevo em que os primeiros chineses se movimentaram, prende-se com as suas relações com a população guineense.

⁴⁴ Entrevista com Francisco Pinho Brandão, filho de Manuel Pinho Brandão, em Cumedo (Catió), 17-3-1989, feito por Jaime Sene Sambú, sob orientação do autor. Estes trabalhos foram iniciados pelo pai do entrevistado nos anos quarenta a pedido da comunidades Balanta na Ilha de Como/Caiar.

⁴⁵ Ver Portaria, Bolama, 21-3-1913, publicado no BOGP, no. 92, de 28-6-1913. No ano seguinte, foi concedida a amnistia para todos os crimes de carácter político e social; DL 114, Lisboa, 22-2-1914; ver também Estácio (2002): 438.

A expressão ‘*ganham intimidade com os nativos*’, usada pelo cronista da viagem presidencial, é bastante significativa neste contexto. O facto é que a aceitação e integração de muitos membros da comunidade chinesa na Guiné, passou e consolidou-se, principalmente, através de ligações com mulheres guineenses. Os mecanismos destes processos são sobejamente conhecidos e fazem parte da história da região, desde a chegada de portugueses e de outros europeus no século XV. Dos primeiros *lançados* que se fixaram na costa da Guiné na época de quinhentos, entre os quais se encontravam degradados, mas também exilados, até à chegada de cabo-verdianos, empobrecidos por causa das fomes, que assolaram o arquipélago, nos meados do século XIX, que se fixaram no litoral e estabeleceram *pontas*, existe um fio contínuo do acolhimento de estrangeiros, pelas sociedades africanas na região. O facto de estes grupos serem, regra geral, compostos por homens marginalizados ou ‘*outcasts*’, olhados com alguma desconfiança pelas autoridades, fez com que se ligassem, em termos sociais e económicos, a meios sociais nativos, criando redes e parcerias, com pessoas e comunidades vindas dos diferentes *chãos* do território.

Estes laços, que também incluíam casamentos à moda da terra, foram marcados por uma reciprocidade, no sentido de permitir a cada parceiro obter certos benefícios, por ex. acesso a produtos da terra (por ex. alimentação ou bens de troca), cuidados de saúde (por ex. remédios ou mezinhas) ou acesso privilegiado às chefias locais (por ex. linhagens fundadoras) obtidas através das esposas. Inversamente, os sócios ou parceiras nativas receberam artigos de origem estrangeira (por ex. tecidos, bijuteria, cheiros e perfumes), e conseguiram contactos (por ex. de funcionários, fornecedores, intermediários), apoios (por ex. financeiros ou em forma de apadrinhamento ou casamento dos filhos) e bens (por ex através de heranças). No entanto, as mudanças que ocorreram durante o período de oitocentos, quando o fenómeno das *pontas* conheceu um crescimento notável, fizeram com que estas relações, também, comesçassem a servir para obter direitos de usufruto ou concessões de terras, com o apoio das comunidades locais e seus ‘grandes’⁴⁶. Para ambos os cônjuges, a aprendizagem mútua de costumes e línguas era parte integrante desta dinâmica; com a passagem do tempo este intercâmbio levou a um processo de criouliização e à formação do crioulo da Guiné-Bissau, ou Kriol, tal como aconteceu em outras áreas vizinhas da costa ocidental africana, por ex. na Serra Leoa. Para facilitar o seu acesso às diferentes comunidades africanas da região, compostas por diversas etnias, cada uma com tradições e línguas próprias, o uso do Kriol, a principal língua franca, era um meio fundamental de comunicação e de integração. Sem dúvida, a segunda geração cresceu num meio crioulofóno, enquanto, também, poderia ter aprendido alguma língua étnica, no caso de viver no interior da colónia.

Pelos dados existentes sabe-se que alguns dos chineses que se fixaram na Guiné, q.d. uma pequena minoria entre a qual se encontrava o Fu Ni referido abaixo, foram para a Guiné com esposa e filho. Mas a maior parte destes emigrantes, que eram forçados, chegou sem a companhia da família mais próxima, e os seus percursos são paradigmáticos, para os processos de assimilação e criouliização acima descritos. Infelizmente, os dados disponíveis não permitem determinar, com certeza, com quem cada um dos

⁴⁶ Ver Philip J. Havik, *Dinâmicas e Assimetrias Afro-Atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX)*, in: Selma Pantoja (coord.) *Identidades, Memórias e Histórias em Terras Africanas*, Brasília/Luanda, LGE/Nzila, 2006, pp. 59-78.

chineses se ligou sentimentalmente e/ou casou. Segundo membros da comunidade luso-chinesa, do primeiro grupo de Chineses, Lai-San-Lek Si, Kat Chan e Weng Tak Seng, casaram-se com mulheres guineenses.⁴⁷

No caso de Lai San Lek Si, este casou-se com uma mulher de origem Pepel, da Ilha de Bissau chamada Maria Cambodó⁴⁸, de quem teve três filhos, Maria Amélia (Bolama, 1914), Carlos (Bolama, 1922 – Bissau, 1985) e Armando (Catió, 192?), todos baptizados com o apelido aporuguesado de Leckessi e algumas variações como Lekey ou Leckssy⁴⁹ Enquanto a primeira se mudou para Bissau e viveu no bairro Chão Pepel, e mais tarde se mudou para Portugal, o segundo fixou-se em Bedanda, a cerca de vinte quilómetros de Catió, onde trabalhou como empregado comercial na empresa de Mário Lima Wahnnon, um dos maiores comerciantes da Guiné na época⁵⁰. O terceiro filho, Armando, casou-se com uma mulher guineense, Pompei Gomes, de origem manjaca, cujo pai vinha da Ilha de Jeta, com quem teve dois filhos, Florentina e Nuno. Segundo membros da comunidade de descendência chinesa, Kat Chan, que também era conhecido como Ca Xam Akis Guli e Ca Xa Guli, teve sete filhos, dois rapazes e cinco raparigas, dos quais dois ainda estavam vivos e residiam em Catió em 2001 (Estácio, 2002: 442)⁵¹. Durante a sua permanência na Guiné, casou-se com três mulheres, a primeira Nhanha (cuja data de falecimento não é conhecida), e após a morte desta com Teresa, que faleceu em Bolama em 1920 e, mais tarde, com Leopoldina, filha de cabo-verdianos residentes em Bolama, que faleceu em 1955. Da sua ligação com Teresa resultaram duas filhas, Clementina Akis e Constantina Akis, enquanto da sua terceira mulher, Leopoldina, teve três filhos, Mariana, Pedro e Joaquim Akis. Constantina Akis casou-se com Tibúrcio Ferreira, um guineense, de cuja relação nasceram quatro filhos, Diamantino, José, a Senhora Ferreira (também conhecida como Nhô) e Flávio Ferreira. Mariana Akis casou-se com outro guineense, José Costa, com quem teve três filhos (José, Noel e Rui Cardoso). Após a morte de José Costa, Mariana casa-se novamente, com outro guineense, Francisco Dias, com quem teve três filhos: Romeu, Etelevina e Maria⁵². No que diz respeito aos outros chineses que chegaram à Guiné no princípio do século, são referidos pelos cronistas, os dois chineses já mencionados, que faziam parte de um grupo de cinco, incl. Leong Seng, Li Seng e Weng Tak Seng (Estácio, 2002: 459). Alguns destes terão falecido poucos anos após a sua chegada, como é o caso de Li Seng (Cacine, 1905) e de Leong Seng (Cacine, 1906), possivelmente, devido à falta de condições na zona provocado pela “*absoluta falta de géneros de 1ª necessidade*” (Estácio, 2002: 436). Aliás, certos autores responsabilizam a reduzida atividade agrí-

⁴⁷ Entrevista com o comerciante Inácio Júlio Semedo, proprietário da *ponta* e destilaria Sta. Helena, Gan Vicente, Bambadinca, 12-3-1993, conduzido pelo Sabino Queba Mané sob orientação de Philip J. Havik.

⁴⁸ Esta informação que foi recolhida junto ao Eng. Marcelino Wentacem Silva, é confirmada por Inácio Júlio Semedo, que conheceu alguns dos filhos de Lai San Lek Si, com os quais andou na escola primária em Bissau.

⁴⁹ Segundo informação prestada por Marcelino Wentacem Silva. Apesar de não se saber ao certo quando se mudou de Bolama para o Sul da Guiné, pelas datas de nascimentos dos filhos percebe-se que se deve ter fixado em Cubaque nos anos vinte. Mária Amélia teve dois filhos Maria Anunciação e Léonidas), o Carlos quatro (Columbano, Leontina, Homero Alassam e Faveres Felisma), e Armando dois (Cristina – ‘Nuna’ – e Cristina Flora); ver Estácio (2002): 446.

⁵⁰ Esta informação obtida através de Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 12-3-1993, é confirmada por um descendente de Chineses, Flávio Mariano Wentacem Mário Fernandes; ver Estácio (2002): 442.

⁵¹ Nomeadamente, Pedro (f.1966), Joaquim (f. 1995), Lia (f. 1987), Leopoldina (f. 1997), Constantina (f. 1998), Clementina e Mariana. A sua esposa era oriunda de uma linhagem de comerciantes ou *gan* muito conhecida na Guiné-Bissau desde o século XIX, com raízes na Ilha de Fogo, no arquipélago de Cabo Verde.

⁵² A informação sobre as esposas, os filhos e os netos de Kat Chan foi fornecida por Marcelino Wentacem Silva, Lisboa, 19-3-2010.

cola dos Fula e dos Nalú, que habitam a região de Cacine, pelas crises cíclicas que os atingiram no período das chuvas, imediatamente antes das primeiras colheitas (Carreira, 1962: 238). Não são também de excluir outras causas como doenças tropicais que grassa(ra)m nesta região de alta pluviosidade. Weng Tak Seng, que chegou a Bolama nos primeiros anos do século XX, faleceu em Bolama em 1913 por causa um ataque de febre-amarela (Estácio, 2002: 437; 443, nota 47). Tinha-se casado com Maria da Silva, uma mulher manjaca da Ilha de Pecixe de quem teve um filho em Bolama em 1905, de nome Wentacem António Silva. Este foi, mais tarde, nos anos 20, apadrinhado pelo acima mencionado comerciante e *ponteiro*, Camacho, ficando, desde então, com o nome de Boaventura. Após a morte do pai, foi criado pelo irmão de Weng Tak Seng, Kat Chan, primeiro em Bolama e depois na zona de Catió, para onde se mudou nos anos vinte, e se casou, mais tarde, com Eufémia Monteiro de Macedo, filha de cabo-verdianos da Ilha do Fogo, com quem teve nove filhos⁵³. Os recenseamentos da época, também, indicam que havia cinco chineses registados em Bolama em 1918, sem, obviamente facultar os seus nomes.⁵⁴ Estes incluíram o acima mencionado Weng Tak Seng, mas também um outro chinês, que desembarcou na Guiné três anos antes e se juntou à pequena comunidade chinesa já existente. Trata-se de Fu Ni, que, acompanhado pela esposa e por um filho, Mário Pu Chan, que ficou localmente conhecido como ‘*Chinês*’ (Estácio, 2002: 444), veio para visitar umas das famílias chinesas na Guiné, após uma viagem de barco aos Estados Unidos e à Europa⁵⁵. Sabe-se que o Fu Ni, também conhecido como China Funi ou Funy, se fixou numa das Ilhas Bijagós, onde Lai San Lek Si e Kat Chan tinham andado a pescar, e teve uma propriedade na ilha de Orango Grande, produzindo arroz, amendoim e mandioca, além de noz de palmeira e fruta. Após o falecimento da sua esposa chinesa, Fu Ni casou-se, ao longo da sua vida, com duas mulheres de origem guineense, uma das quais Luzia, de origem Pepel, e outra da etnia Bijagó, das quais teve oito filhos (Estácio, 2002: 445)⁵⁶. Tendo falecido nos anos quarenta, ele deixou os terrenos ao cuidado do seu filho, Mencham Correia Funy, nascido em 1937, que os manteve até



Amélia Leckessi (filha de Lai San Lek Si, com 87 anos, em Catió, Junho de 2001).

⁵³ Nomeadamente, quatro raparigas, Maria (f), Irene, Laura e Florinda, e cinco rapazes, Rui, Marciano (f), Marcelino, José (f) e Nelson.

⁵⁴ BOGP, II série, n.º 25, 22-6-1918. Dados do Recenseamento da população Europeia e assimilada nas cidades de Bolama de Bissau, 31-12-1917.

⁵⁵ Agradecemos a colaboração de um dos netos de Fu Ni, Mário Mencham Borja Funy, que obteve esta informação do seu tio, Romão Correia Funy; informação fornecida a partir de Bissau em 19-4-2010. Com base nas informações em causa, o Fu Ni, esposa e filho, provavelmente, chegaram à Guiné num dos barcos da Woermann Linie, que naquela época mantinha um serviço regular com este país.

⁵⁶ China Funi é mencionado por certos autores no contexto do movimento migratório para o Sul, nos anos 1914-18 (Carreira, 1962: 224). Teve oito filhos, duas raparigas e seis rapazes, de nome Maria, Matilde, Daniel, Romão, João José, António (Tong Chan, 1934), Mencham (Meng Chan, 1937) e Manuel. Informação prestada pelo neto Mário Mencham Borja Funy; ver Estácio (2002): 445, nota 56.

à sua morte, na idade de 44 anos em 1981, após a qual estes ficaram votados ao abandono (Estácio, 2002: 445). Um outro filho, Romão Correia Funy nascido na Ilha de Orango Grande em 1934, manteve residência nas Ilhas Bijagó, incl. a ilha de Bubaque, até 2001 quando emigrou para Portugal. O seu irmão António (1934) ou Tong Cham, localmente conhecido como *Toncham*, foi educado em Bissau, onde, mais tarde, trabalhou nas empresas comerciais Casa Gouveia e Sociedade Comercial Ultramarina, na sucursal da última em Catió, onde esta detinha várias explorações.

Com a morte de Kat Chan em 1949, um descendente chinês da segunda geração, já acima mencionado, de nome Boaventura Wentacem António Silva, empregado comercial e, também agricultor, em Catió, onde cultivava arroz, café e árvores de fruto, assumiu a liderança da comunidade chinesa até o seu falecimento em 1960, com 55 anos de idade. Com a sua morte, a comunidade chinesa na Guiné perdeu não, somente, um dos seus principais membros, que teve um papel de destaque como porta voz daquela, mas também um dos últimos descendentes, que ainda se dedicava à agricultura. A sua morte também ocorreu numa altura em que a situação interna da Guiné estava prestes a mudar radicalmente, devido à contestação aberta contra as autoridades portuguesas. A comunidade formada pela segunda e terceira geração ressentiu o facto de a época de sessenta se tornar num período muito conturbado, por causa do conflito armado entre o governo colonial e a oposição nacionalista. Como o Sul se tornou o palco principal do conflito armado, e, sobretudo, a zona de Catió e das ilhas de Como e Caiar, e Cacine, aquela que tinha sido a terra predilecta e a segunda casa dos chineses, passou a ser cada vez mais insegura. Por conseguinte, após a abertura das hostilidades em 1963, assiste-se ao êxodo, por parte de comerciantes e de *ponteiros* como Camacho, Pinho Brandão e outros, e à retirada de casas comerciais, como a Casa Gouveia (que pertencia à CUF), a Sociedade Ultramarina, Guedes, Barbosas & Comandita, Camacho & Correia e outras (Castro, 1980: 361-3). O facto de a maior parte dos descendentes chineses se terem fixado nas vilas e cidades, como Bolama e mais tarde Bissau, onde completaram a sua educação escolar, levou a uma concentração progressiva da comunidade nestas urbes. Os seus empregos, urbanos, muitas vezes em casas comerciais, cujas lojas e sucursais estavam espalhadas pelos centros comerciais da colónia, também contribuíram para os afastar cada vez mais do interior e das terras que, inicialmente, acolheram os seus pais e avós.

5. Conclusão

Os percursos diversos dos chineses e dos seus descendentes na Guiné evidenciam o modo como processos de aculturação e de criouliização desempenharam um papel fundamental na sua integração, na sociedade guineense, durante o período colonial. Apesar de serem estrangeiros, vindos de uma outra colónia situada no outro lado do mundo, parece que se adaptaram, com uma notável facilidade, às condições de um outro país tropical. Ainda que as suas vidas, particulares e profissionais, mostrem uma faceta pouco conhecida da história da Guiné, até agora somente referida por poucos autores, aquelas também evidenciam uma continuidade no modo como os hóspedes são recebidos e tratados nesta parcela da África Ocidental. Forçados a permanecer na Guiné, alguns dos primeiros chineses procuraram novas oportunidades para a sua realização na pesca e, sobretudo, na agricultura, reflectindo as suas apti-

dões e experiências trazidas da Macau. O seu empenho nesta tarefa pioneira fez com que conseguissem convencer populações nativas a seguirem o seu exemplo e, mais tarde, até outros colonos e empresas na exploração de uma cultura que, até aquele momento, não tinha sido encarada com grande interesse pelas autoridades ou, sequer, pelo comércio no território. O facto de algumas comunidades da Guiné, comerciantes e até administração colonial terem reconhecido o seu papel, é indicativo do êxito, que tiveram de levar a cabo nesta tarefa. A este reconhecimento não é, seguramente, alheio o facto de na época em que embarcaram, a Guiné ainda ser pouco mais que um canto esquecido do império.

“A Guiné foi durante largo tempo uma colónia esquecida, que quase se não sabia onde ficava e quando dela se falava, sentia-se logo um calafrio devido a detestável fama que o clima gozava. Dai o fechar-se os olhos ou por outra nem tentar-se saber o que lá se fazia. Era bem dito um ponto de interrogação na administração ultramarina (...)”⁵⁷

Mas, apesar dos elogios feitos pelas autoridades de então, a sua história esconde outra, menos prosaica. O estigma do estatuto de “degredados” que os continuou a acompanhar, já depois de terem sido amnistiados, constituiu, sem dúvida, uma barreira nas suas carreiras, neste canto do império. Tal, apesar de membros da comunidade chinesa afirmarem que Lai San Lek Si, Kat Chan e Weng Tak Seng eram refugiados, e tinham feito parte do primeiro grupo, que segundo estes chegou em 1895⁵⁸.

“Os pedidos de concessão de terrenos aumentaram [q.d. no Sul], e a posse legal da terra que fora recusada aos degredados, oriundos de Macau, passou para as mãos destes colonos.” (Duarte, 1948: 681)

Além disso, como já acima referimos, as sementeiras eram feitas pelos próprios Balanta, que convidaram a ir para o Sul, que não só trabalharam as suas próprias parcelas como também os terrenos dos chineses como Lai San Lek Si e Kat Chan Akis. O povoamento da zona de Catió e de outras áreas vizinhas, na região de Tombali, pelos Balanta, fez com que estes se tornassem os principais habitantes e agricultores destes terrenos, por os terem desbravado e cultivado primeiro. Daí nem os primeiros chineses nem os seus descendentes, conseguiram, mais tarde, reaver os direitos da posse da terra, que fora por eles desbravada e cultivada (Estácio, 2002: 443). Esta circunstância deve ter sido um dos fatores que travaram, possíveis, pretensões dos descendentes de continuar como agricultores, por lhes ser barrado o acesso a terrenos de cultivo. No entanto, a informação veiculada por via oral e escrita, sugere que “o estreito contacto com o indígena” (Duarte, 1948: 680), que marcou as relações entre os primeiros chineses e os povos da região, também permitiu a transmissão de conhecimentos acerca do cultivo de arroz, feita pelos estrangeiros aos nativos. A qualidade do arroz trazido de Suá, Com-Hane e Cabo-Xangue, aparentemente, causou tanta admiração nos mercados de Bolama e Bissau de então, que “logo se espalhou a fama de que outra terra não havia melhor para a sementeira do cobiçado cereal indispensável à alimentação dos indígenas da Guiné” (Duarte, 1948: 680)⁵⁹. O aproveitamento destas técnicas

⁵⁷ Ofício, Henrique Artur Gonçalves Cardoso, Bolama, 21-10-1912, para Governador da Guiné; AHU, DGFC, 831.

⁵⁸ Segundo informação prestada por Marcelino Wentacem Silva (ver acima).

⁵⁹ Uma hipótese é que os chineses radicados no Sul obtiveram sementes, através de conterrâneos doutro lado da fronteira, na Guiné Francesa, que se fixaram entre os Baga, também estes cultivadores de arroz de *bolanha*.

inovadoras, pelos Balanta⁶⁰ e pelos *ponteiros* que seguiram os seus passos, revela uma outra faceta, deveras importante, o impacto da circulação de pessoas e saberes num contexto colonial.

Porém, a migração dos Chineses como Kat Chan e Lai San Lek Si para o Sul, talvez, tenha outro significado, não referido nas descrições da época. Perante a impossibilidade de regressar à China, sobretudo por razões financeiras, já que as autoridades não se disponibilizaram a custear a viagem de volta, mas também por razões de idade, viram-se obrigados a permanecer na Guiné-Bissau. O facto de terem optado por se dedicar à pesca e ao cultivo de arroz na região de Tombalí, mostra que tentaram, dentro dos possíveis, *recriar a China na Guiné*. Tal só foi possível por terem criados laços profundos com a natureza e o meio humano do território, numa época em que a Guiné-Bissau, como colónia, ainda estava num estado ‘embrionário’ e envolvida num processo de formação. Se alguns dos seus descendentes optaram por continuar a obra iniciada pelos seus pais e recolher os frutos do labor investido na agricultura e fruticultura, esta porventura não foi a ambição da maioria dos seus pares. Estes integraram-se de forma natural na sociedade colonial guineense, um processo que passou pela aculturação progressiva, no tecido social crioulezada nos centros urbanos⁶¹. Ainda que a comunidade chinesa, na Guiné, fosse muito reduzida, a dinâmica de interação e o intercâmbio subjacente, que teve lugar com os seus conterrâneos e descendentes em Moçambique espelha de forma acertada as suas experiências.

“Em Moçambique a pequena minoria chinesa, que, segundo o censo de 1950, contava apenas 1.613 pessoas, ocupa-se predominantemente da pesca, da agricultura, e do comércio, sem criar problemas nem de contacto racial nem de ordem política, integrando-se pacificamente na sociedade multi-racial que ali se desenvolve.”
(Moreira, 1956: 187).

Longe de podermos falar da formação da presença de “elites” de origem chinesa na Guiné, o seu percurso sugere nitidamente a construção e manutenção de laços fortes entre os seus membros, apesar da sua dispersão pelo território, pelo menos até os anos sessenta. Percebe-se pelas informações orais, que a pequena comunidade chinesa manteve esta coesão ao longo de décadas, tendo como seus próprios líderes, Kat Chan e Boaventura Wentacem António Silva, pelo menos até ao falecimento deste último, nos princípios dos anos sessenta. O que fica ainda por apurar é como é que esta comunidade e os seus membros se organizaram internamente por um lado e como é que se afirmaram perante a sociedade civil guineense e os poderes coloniais, por outro lado, com a progressiva mestiçagem do grupo. Devido à sua reduzida dimensão, estes não chegaram a criar associações, como os seus conterrâneos fizeram em Moçambique, fundando o Clube Chinês na cidade da Beira, em 1923 (Medeiros, 2006)⁶². Os dados recolhidos mostram que a atitude das autoridades coloniais mudou significativamente ao longo dos anos: enquanto os primeiros chineses chegaram sob o estigma de ‘condenados’ e ‘desterrados’ (Matias, 1956: 175), os mesmos, passados

algumas décadas já eram vistos como pessoas trabalhadoras, ‘mestres na lavoura’ e ‘os mais afoitos pioneiros do desenvolvimento da região de Catió’ (Duarte, 1949: 681). As semelhanças com a situação em Moçambique, são notáveis, na medida em que estes últimos – agricultores, comerciantes e pescadores, tal como na Guiné – que, inicialmente, eram descritos nas fontes oficiais da época como “*concorrentes malvados dos operários europeus*” – se tornaram, segundo as mesmas autoridades nos anos cinquenta, “*dignos trabalhadores que contribuíram para o desenvolvimento do distrito*” (Medeiros, 2006).

O conflito armado entre 1963 e 1974 levou alguns membros da comunidade luso-chinesa a juntar-se ao PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde), por ex. José Costa Jr. (filho de Mariana Akis e José Costa), o seu irmão Noel Costa, que foi morto durante a guerra em 1965. Houve quem, como Jonas Mário Fernandes, o filho de Mariana Fernandes, de descendência luso-chinesa, entrasse em rutura com o líder do movimento, Amílcar Cabral, em Dakar, nos anos sessenta. Outros enveredaram por uma carreira na administração colonial, como por ex. Marcelino Wentacem Silva, que, na primeira metade dos anos sessenta ocupou, o cargo de chefe de posto na circunscrição de Bafatá. Havia também alguns descendentes luso-chineses, que emigraram nos anos sessenta, por ex. Armando Leckessi, que seguiu para o país vizinho Guiné Conakry, devido ao período conturbado que reinou, na sequência do início do conflito armado, entre os movimentos, nacionalistas e as autoridades portuguesas⁶³. Apesar do conflito e das mudanças políticas que se seguiram, ainda se encontram descendentes de terceira, quarta e quinta geração na Guiné-Bissau, por exemplo na região de Catió, onde se instalaram os primeiros chineses, mas também em Portugal para onde emigraram, a partir dos anos sessenta.

O facto de o conflito ter provocado uma ainda maior dispersão da comunidade, coloca a questão de como é que os seus membros mantiveram e, ainda, mantém os laços de parentesco e de proximidade na diáspora. Estes processos de “desagregação” – que mostram algumas semelhanças, como o que aconteceu no caso de Moçambique (Medeiros, 1998), porém numa escala maior – coloca a questão da formação e organização de diásporas regionais e internacionais chinesas⁶⁴. O papel das irmandades chinesas, profundamente enraizadas na cultura chinesa – e também cantonesa – na evolução de uma identidade ‘chinesa’ no exterior, e na manutenção e consolidação dos laços, ainda carece de um estudo aprofundado no caso das comunidades em África e sobretudo, nas antigas colónias portuguesas e nos PALOP. Esta investigação poderia dar respostas as várias questões, que surgem neste sentido, por ex. determinar se podemos sequer falar de uma “diáspora chinesa”, ou de várias, consoante a sua região de origem e raízes étnicas (Skeldon, 2003: 59), e se existem identidades “sino-africanas” ou se variam segundo seu país ou região de destino e fixação e com base na dinâmica específica do intercâmbio cultural que teve lugar nestas paragens.

⁶⁰ Inácio Júlio Semedo, Gan Vicente, Bambadinca, 12-3-1993. Alguns autores coloniais referem variedades de arroz que podiam ter sido introduzidas ou aproveitadas pelos chineses junto com os Balanta, por ex. localmente conhecida como *jambarám* ou *Oryza sativa* L. ssp *Indica* (Gust) Vasc.var. *malayana*) e *atanha* ou *Oryza sativa* L. ssp. *japónica* (Gust). Ver Espírito Santo (1949): 221.

⁶¹ No Censo da População de 1950 havia somente uma pessoa de origem chinesa/Macaísta a viver na capital Bissau (Censo, 1950, quadro 5).

⁶² Em Moçambique, registam-se pelo Censo de 1897, 85 Chineses na colónia (Medeiros, 2006).

⁶³ Alias, regista-se a presença de Chineses na época neste país, que se tornou independente da França em 1958, por ter acolhido cooperantes daquele país que lá se fixaram; ver por ex. Carreira, 1962: 230. Outros técnicos Chineses também trabalharam com êxito nos arrozais da Libéria no contexto da cooperação com a China nos anos 60. Ver David Nelson Rowe, *Free Afro-Asia: Cooperation between the Republic of China and African countries*, New York, 1963.

⁶⁴ Ver Laurence J. Ma & Carolyn Cartier, *The Chinese Diaspora: space, place, mobility and identity*, Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

Bibliografia

- ARPOARE, Henrique de – Exploração Agronómica em Cabo Verde e Guiné, in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3.^a série, IV, 6, 1882: 362-9.
- BROSSELDARD, H. (1889) – Voyage dans la Sénégambie et la Guinée Portugaise, in: *Tour du Monde*, 57: 97-144.
- CARREIRA, António (1962) – População Autóctone segundo os Recenseamentos para fins fiscais, in: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XVIII, 66: 221-80.
- CARVALHO, J.P. Garcia de (1949) – Distribuição de História dos povos do posto de Bedanda, in: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, IV, 14: 307-18
- CASTRO, Armando. (1960) – *O Sistema Colonial Português em África*: V: Guiné, Lisboa: Caminho, 335-96.
- COATES, Timothy (1998) – *Degredados e Orfãs: colonização dirigida pela coroa no império português* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- COSTA Oliveira J. da (1897/8) – Missão Geographica, Commercial e Agricola da Guiné, in: *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, I, 1 Sem., 1897/98: 29-35; 82-91; 230-5; 2 Sem: 575-80.
- CUNNINGHAM, James (1980) – The Colonial Period in Guiné, in: *Tarikh*, 6, 4: 31-46.
- HANDEM, Diana Lima (1986) – *Tabancas a Volta do Rio Cumbidjã. Estudos no sector de Cubucaré*, Bissau: INEP.
- DUARTE, Fausto (1949) – *Anuário da Guiné Portuguesa de 1948*, Lisboa: Sociedade de Tipografia Industrial.
- DIAS DE CARVALHO, Henrique (1944) – *Guiné: apontamentos inéditos*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- DORJAHN, Vernon R. & Fyfe, Christopher (1962) – Landlords and Stranger: change in tenancy relations in Sierra Leone, in: *Journal of African History*, III, 3: 391-7.
- ESPÍRITO SANTO, J. (1949) – Notas sobre a cultura de arroz entre os Balantas, in: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, IV, 14: 197-232.
- ESTÁCIO, António J.E. (2002) – O Contributo Chinês para a Orizicultura Guineense, in: *Actas, V. Semana Cultural da China*, Centro de Estudos Orientais, ISCSP/UTL: 431-66.
- HANDEM, Dina Lima (1986) – *Nature et Fonctionnement du Pouvoir chez les Balanta Brassa*, Bissau: INEP.
- HAVIK, Philip J. (2007) – Boticas e Beberagens: a criação dos serviços de saúde e a colonização da Guiné, in: *Africana Studia*, 10, 2007: 235-270.
- HAVIK, Philip J. (2008) – Estradas: CEAUP & Speed of Change.
- HESPANHA, António M. (1993) – A Punição e a Graça, in: José Mattoso, *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 239-72.
- INDJAI, Búcar (2002) – Solos, Agrosistemas e Concessão de Terras na Guiné Bissau, in: *Soronda*, Nova Série, 5, INEP, Bissau, 71-113.
- INDJAI, Búcar (2002) – Os Ponteiros e as Pontas na Guiné Bissau (1906-2001), in: *Soronda*, Nova Série, 5: 185-246.
- LOPES DE LIMA, José Joaquim (1844) – *Ensaio sobre a Estatística das Ilhas de Cabo Verde e as Suas Dependências na Guiné Portuguesa*, vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional.
- MATIAS, Rodrigues (coord.) (1956) – Diário da Viagem Presidencial as Províncias Ultramarinas da Guiné e Cabo Verde em 1955, Vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- MARQUES GERALDES, F.A. (1887) – Guiné Portuguesa: comunicação a Sociedade Geografia sobre esta província e as suas condições actuais, in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7.^a série, 8: 465-522.
- MEDEIROS, Eduardo (1998) – Formação e desagregação das comunidades de origem chinesa nas cidades moçambicanas da Beira e Lourenço Marques: memórias e esboço de problemáticas: notas para uma pesquisa, in: *Moçambique: navegações, comércio e técnicas, Seminário Moçambique: navegações, comércio e técnicas*, Maputo: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998: 297-314.
- MEDEIROS, Eduardo (2006) – *Os Sino-Moçambicanos da Beira: mestiçagens várias*. <http://www.adelinotorres.com/africa/EDUARDO%20MEDEIROS-Os%20sino-mo%C3%A7ambicanos%20da%20Beira-Mesti%C3%A7agens%20v%C3%A1rias.pdf>
- MOREIRA, Adriano (1956) – As Elites das Províncias Portuguesas de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique), in: *Garcia de Orta*, 1956, vol. 4, 2: 159-189.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1951) – Notas sobre o Povoamento e a Agricultura Indígena na Guiné Portuguesa, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XXIII, 6: 657-80.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1954) – *Guiné Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- OLIVEIRA RAMOS, Maria Teresa (1995) – Os Degredados: contributo para o seu estudo na época contemporânea, in: *Africana*, 15: 99-126.
- PANTOJA, Selma (1999) – A Diaspora Feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898), in: *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.^o-3.^o): 555-572.
- PROVÍNCIA DA GUINÉ (1959) – *Censo da População de 1950*, vol. I: População Civilizada, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- PUVEL, Pierre (1909-10) – A Agricultura no Cacondó, in: *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 13, 2 sem.: 145-56.
- SANTOS, Guerra – *Terras da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Tip. Silvas, 1956.
- SARMENTO, Rodrigues, M. M. (1949) – *No Governo da Guiné*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- SKELDON, Ronald (2003) – The Chinese Diaspora or the Migration of Chinese People?, in: Laurence J. Ma & Carolyn Cartier, *The Chinese Diaspora: space, place, mobility and identity*, Lanham: Rowman & Littlefield, 2003: 51-65.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco (1889) – Relatório do Governo da Província da Guiné Portuguesa com referência a 1887-1888, Lisboa: Imprensa Nacional.
- VIEGAS, Luiz António Carvalho (1936) – *Guiné Portuguesa*, vol. I., Lisboa: Severo, Freitas e Mega.